

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL 3

Atena
Editora
Ano 2021

**Elói Martins Senhoras
(Organizador)**



ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL 3

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: organização, direção e controle da atividade organizacional 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: organização, direção e controle da atividade organizacional 3 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-234-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.347210907>

1. Administração. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A Administração trata-se de um pragmático campo de estudos que tem passado por uma constante evolução dinâmica ao longo dos tempos, em especial nos últimos dois séculos, ao conciliar a faceta real da arte da prática, estratégica e operacional, com a faceta ideal do estado da arte em termos de modelos e marcos teórico-conceituais, propiciando assim um relevante terreno para refletir e instrumentalizar o desenvolvimento organizacional.

Assim como a história do pensamento administrativo se fundamenta na projeção de distintos modelos e discursos organizacionais reflexivos aos desafios e oportunidades de cada tempo, o presente livro se apresenta para discutir a realidade brasileira, portuguesa e peruana com base em um conjunto de estudos que valorizam os debates sobre comando e controle nas organizações públicas e privadas.

Este livro, “Administração: Organização, Direção e Controle da Atividade Organizacional 3”, tem o objetivo de discutir as organizações públicas e privadas em um contexto de complexidades, especificidades e trajetórias sócio-históricas próprias, por meio de um conjunto de capítulos que refletem de modo combinado alguns desafios e oportunidades da temporalidade atual.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens quali-quantitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos administrativos com base na realidade de organizações públicas e privadas.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores ibero-americanos, este livro faz uma imersiva análise administrativa nos debates organizacionais sobre modelos e ferramentas de controle e comando com base na triangulação metodológica de revisões bibliográficas e estudos de caso.

O foco combinado sobre temas de comando e controle na Administração Pública e Privada possibilitou a construção de uma agenda plural de estudos fundamentada por discussões estratégicas de natureza humanística, permitindo assim a valorização de debates nos eixos de gestão de pessoas e qualidade de vida, os quais suscitam uma sincrônica voz do binômio Agente-Principal.

Recomendada para um conjunto diversificado de leitores, esta obra apresenta a realidade prática da administração em organizações públicas e privadas por meio de capítulos redigidos por meio de uma didática e fluída linguagem que valoriza a troca de experiências e o rigor teórico-conceitual e dos modelos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PRESCRIÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DO ATUAL ENTENDIMENTO DA CGU

Fernanda Cláudia Araújo da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3472109071>

CAPÍTULO 2..... 9

GESTIÓN DE LAS FINANZAS MUNICIPALES PERUANAS: ANTES, DURANTE Y DESPUÉS DEL COVID-19, 2020

Teófilo Lauracio Ticona

Jarol Teófilo Ramos Rojas

José Luis Morales Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3472109072>

CAPÍTULO 3..... 20

MODELAMIENTO ESTADÍSTICO PARA LA TOMA DE DECISIONES DE REQUERIMIENTO DE NECESIDADES DE CAPACITACIÓN PARA EL PERSONAL DEL RÉGIMEN LABORAL DEL D.L. 276, Y D.L. 1057 EN LOS GOBIERNOS LOCALES DEL PERÚ

José Luis Morales Rocha

Mario Aurelio Coyla Zela

Nakaday Irazema Vargas Torres

Genciana Serruto Medina

Jarol Teófilo Ramos Rojas

Teófilo Lauracio Ticona

Solime Olga Carrión Fredes

Erika Blanca Medina Pinto

Roberto Tito Condori Pérez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3472109073>

CAPÍTULO 4..... 36

A SOCIEDADE DA FALTA DE EMPATIA: A CARACTERIZAÇÃO DO BULLYING NAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Evânia de Lourdes Mariano de Paula

Martius Vicente Rodriguez y Rodriguez

Semíramis Oliveira Correa

Simone Cristina Lemos

Fábio Luiz Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3472109074>







CAPÍTULO 5..... 47

AMBIENTE ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO EM UM ÓRGÃO PÚBLICO

Lígia Maria Heinzmann

Benile Isidor

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3472109075>

CAPÍTULO 6	62
FATORES RELACIONADOS AO DESEMPENHO DA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	
Aline Fonseca Mota	
Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3472109076	
CAPÍTULO 7	79
LIDERANÇA COMO ELEMENTO DE QUALIFICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO INOVADORA EM UMA ORGANIZAÇÃO MILITAR	
Sued Santos Rocha de Souza	
Flávio de São Pedro Filho	
Maria José Aguilár Madeira Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3472109077	
CAPÍTULO 8	96
OS DÉFICITS DAS POLÍTICAS CRIMINAIS: MITIGAÇÃO DA CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AP	
Luiz Tobias Rodrigues Mendonça	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3472109078	
CAPÍTULO 9	112
O CONFORTO E A SEGURANÇA NO TRANSPORTE COLETIVO: UM ESTUDO SOBRE OS FATORES ESSENCIAIS PARA A MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO	
Eduardo Breowicz Slonski	
Luis André Wernecke Fumagalli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3472109079	
CAPÍTULO 10	131
A GESTÃO DA QUALIDADE NAS ORGANIZAÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM MODELO HÍBRIDO	
Ivo Domingues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.34721090710	
CAPÍTULO 11	144
A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOCENTE: UM ESTUDO DE CASO DA FACULDADE VIDAL DE ENSINO SUPERIOR	
Antônio Marcos de Oliveira	
Lucivan Willians Diógenes Saldanha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.34721090711	
CAPÍTULO 12	156
O PAPEL DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL NO COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES: UM ESTUDO EM UMA UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA	
Taciana Maria Lemes de Luccas	

Ieda Pelógia Martins Damian

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.34721090712>

CAPÍTULO 13..... 175

O TRABALHO REMOTO SOB A PERCEÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO EM UM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Iallison Araujo de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.34721090713>

CAPÍTULO 14..... 186

PROPOSIÇÃO DE UM MODELO PARA MENSURAR A RELAÇÃO ENTRE PERCEÇÃO DE VALOR E RETENÇÃO EM ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Camila Moreira Almeida de Miranda

Larissa Namie Sakamoto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.34721090714>

CAPÍTULO 15..... 203

A GESTÃO DE TALENTOS E A SUA RELEVÂNCIA NA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL - UM ESTUDO QUALITATIVO

Manuel Joaquim de Sousa Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.34721090715>

CAPÍTULO 16..... 214

A IMPORTANCIA DA MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Tais Fabiane Mendes Nascimento

Romeu Espindola Lefundes

Claudio da Silva Almeida

Bruno Meira Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.34721090716>

CAPÍTULO 17..... 221

ANÁLISE DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DOS EMPREGADOS DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO RIO GRANDE DO SUL

Diênifer Leticia Rubenich da Silva

Geovana Freitas Krammes

Gislaine Pinheiro Bittencourt

Igor Mateus Broc

Marcos Luis Cé

Naira Elizabete Barbacovi

Tauana Bianchetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.34721090717>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 235

ÍNDICE REMISSIVO..... 236

OS DÉFICITS DAS POLÍTICAS CRIMINAIS: MITIGAÇÃO DA CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AP

Data de aceite: 01/07/2021

Luiz Tobias Rodrigues Mendonça

Doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública-PMESP. Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública-CEGESP/GO e Conhecimentos Jurídicos em Segurança Pública-CEAP-AP, Pós-graduação em Docência na Educação Superior/IESAP, pós-graduado em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Amapá-UEAP, Graduado na Academia de Polícia Militar do Pau-d'Alho/PE.

RESUMO: As diversas funções do Estado, entre elas a criação de políticas criminais, portanto, a pesquisa visa apresentar alguns fatores que fomentam a criminalidade no Estado do Amapá. A metodologia de cunho quali-quant, com levantamento de dados de um recorte dos anos entre 2014 a 2018 do Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODES), Delegacia de Investigação de Atos Infracionais (DEIAI), Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), Secretária de Planejamento (SEPLAN), informações da Polícia Militar do Amapá. Os resultados foram que as taxas de desemprego no Amapá são elevadas com 66 mil desempregado com a desigualdade de renda, elevada taxa de criminalidade entre os homens jovens esses números triplicam as taxa de homicídios, a ausência de educação de qualidade no modelo cívico-militar ainda insuficientes, apenas três escolas da rede pública, moradias precárias,

peças vivendo em aglomerados subnormais em áreas de ressaca, devido sua renda, o orçamento público insuficiente para as ações ressocializadoras repassado ao órgão responsável, em relação a polícia militar do Amapá o efetivo reduzido para o policiamento ostensivo. Devido esses fatores, apresentou uma proposta baseada no planejamento estratégico situacional de Carlos Matus, seguindo os princípios do planejamento da Administração Pública envolvendo todos os níveis de prevenção para os jovens em conflito com a lei para mitigar os índices criminais no Estado do Amapá.

PALAVRAS - CHAVE: Políticas Públicas. Criminalidade. Fatores. Prevenção.

ABSTRACT: The various functions of the State, including the creation of criminal policies, therefore, the research aims to present some factors that promote crime in the State of Amapá. The quali-quant methodology, with data collection from a period from 2014 to 2018 of the Integrated Center for Social Defense Operations (CIODES), Police Station for Investigation of Infracriminal Acts (DEIAI), Court of Justice of the State of Amapá (TJAP), Secretary of Planning (SEPLAN), information from the Military Police of Amapá. The results were that the unemployment rates in Amapá are high with 66 thousand unemployed with income inequality, high crime rates among young men these numbers triple the homicide rate, the lack of quality education in the civic-military model still insufficient, only three public schools, precarious housing, people living in subnormal agglomerations in areas of undertow, due to their income, the insufficient public budget

for the resociative actions passed on to the responsible agency, in relation to the military police of Amapá the number reduced to ostensive policing. Because of these factors, he presented a proposal based on Carlos Matus' situational strategic planning, following the principles of Public Administration planning involving all levels of prevention for young people in conflict with the law to mitigate criminal rates in the State of Amapá.

KEYWORDS: Public Policies. Offence. Factors. Prevention.

1 | INTRODUÇÃO

A função do Estado é propor ferramentas para possibilitar o acesso aos direitos dos seus cidadãos entre esses à segurança pública que atua quase como nicho de Gause¹ na sociedade, ou seja, atuam em situações diferentes e suficientemente no mesmo ambiente social que incomoda a muitos, pois interferem nas condutas antissociais, nas organizações criminosas e falhas de governo². Em virtude dessas situações, que os níveis de prevenção da criminalidade não apresentam resultados positivos no atendimento das demandas da população, pois as políticas públicas apresentam antagonismo, através de argumentos românticos da mídia governamental.

Assim, através da Policiologia³ que a pesquisa se desenvolverá, Pereira afirma que o sujeito (policial) que convive no seio da sociedade, através do seu conhecimento empírico de suas atividades, são conhecidas como propedêutica das Ciências Policiais, a título de autoconhecimento da instituição e organização policiais” (PEREIRA, 2015, p. 218).

Para isso, será discorrido os níveis de prevenções e suas falhas, que contribuem para o surgimento do crime, estão é errôneo “culpar a polícia pela expansão do crime, quando ele deve ser atacado sempre e principalmente nas suas origens, este é o papel do Estado em acertar ou não na formulação e implementação de políticas públicas” (LAZZARINI, 1991, p.30).

Por outro lado, são vários fatores que fomentam a criminalidade não é simplesmente a presença da Polícia Administrativa nas ruas, pois quando a quebra na harmonia no seio da comunidade ou “qualquer alteração na estrutura da família pode alterar esses custos e potencializar a criminalidade” os filhos se revoltam contra os pais por algum motivo, vão para as ruas, conhecem pessoas que os levam para as drogas, prostituição, furtos e roubos. Então o Estado age, através dos mecanismos legais, independente da classe social, porém com maior incidência nas classes menos favorecidas economicamente com deterioração da família, é um fator fundamental que poderia evitar tantos eventos delituosos (OLIVEIRA, 2005, p. 17)

1 Georgyi Frantsevich Gause formulou o princípio de Gause, são exclusivos para cada espécie, e para que duas ou mais delas coexistam num mesmo habitat, é necessário que os seus nichos tenham características diferentes e suficientes competição estabelecida entre elas é tão brusca que a convivência se torna impossível. Disponível em: <https://www.infoescola.com/ecologia/principio-de-gause/> <acesso em 05 de maio de 2020

2 Teoria da escolha pública das falhas de governo, a partir da década de 1960

3 É a Polícia como sujeito de conhecimento-que se afirmar na *atitude diária produzida* no seio da esfera vivencial do ser humano, melhor, na atividade que se consuma nas relações jurídicas produzidos de momentos (jurídico-administrativo e jurídico criminal) da intersubjetividade comunicativa humana. (PEREIRA, 2015, p.43)

Portanto, existem fatores que interferem no crime, como a estrutural de emprego e renda, as condições sociais e as influências da organização social na constituição do sujeito, os fatores da família e a escola, além de aspectos como autoestima e influência de grupos, nesse caso pode ser de maior ou de menor controle das instituições por último, o nível individual, que inclui os aspectos biológicos e psicológicos e as características de personalidade que podem predispor o indivíduo para a criminalidade, segundo Shoemaker (1996 apud ZEPPA, DIAS, p.84, 2010)

O importante é entender os diversos fatores relacionados com a criminalidade, e porque só as instituições policiais são exigidas pela sociedade, para tanto são indispensáveis esclarecer essa dinâmica criminal no ambiente acadêmico, pois segundo Jorge-Birol (2007) apresenta vários níveis de prevenção: Primária, que envolve a educação, esta deveria ocorrer em tempo integral ou as cívicas militares como a Escola Estadual prof. Antônio Messias Gonçalves no bairro do Zerão, zona sul da cidade, Escola Estadual prof. Afonso Arinos de Melo Franco no Município de Santana e Escola Estadual Risalva Freitas do Amaral na zona norte de Macapá.

A prevenção primária envolve também moradia apesar da expansão do mercado imobiliário no Estado do Amapá, as moradias favorecidas pelo governo federal, ainda muitas pessoas vivem em área de palafitas, devido as ressacas, “atualmente existem um total de 84 bairros, incluindo neste quantitativo os aglomerados subnormais, dos quais apenas 28 foram criados de forma oficial” (CHAGAS *et al*, 2018, p.210)

Outro fator inerente a prevenção primária são os empregos, dados do IBGE, apresentado pelo G1 a taxa de desemprego no Amapá são de 66 mil⁴. Neste caso, são importante políticas públicas nos diversos setores com maior investimento do Estado para educação, geração de emprego e renda, para poder atenuar o aumento da criminalidade.

Em relação à prevenção secundária, que as Polícias Militares atuam no atendimento das ocorrências, que vai deste uma violência doméstica, até os furtos, roubos, homicídios e tráfico de drogas, quando já aconteceram os delitos; são os policiais que respondem à sociedade, sempre de maneira repressiva. Para tanto, faz-se necessário policiais militares nas ruas, com instalações físicas adequadas nos bairros mais numerosos com o emprego do policiamento de aproximação ou comunitário.

De acordo com o Boletim Geral nº 234, de 2017 o efetivo da Polícia Militar apresentavam um total de 3.175 (três mil cento e setenta e cinco) policiais militares, com previsão no Quadro de Distribuição de Efetivo (QDE) de 7.932 (sete mil, novecentos e trinta e dois) previsto na Lei Complementar nº 105, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6532, de 22 de setembro de 2017. Com isso, um *déficit* de 4.757 (quatro mil setecentos e cinquenta e sete) policiais, fator que deve-se ser resolvida com decisões governamentais.

Neste caso, precisa de uma atenção as Políticas Públicas de Segurança para o

4 IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/11/19/amapa-mantem-2maior-taxa-de-desemprego-do-pais-e-66-mil-seguem-sem-trabalho.ghtml> <acesso em 17 de fevereiro de 2020>

preenchimento das vagas em claros, devido o notório aumento populacional estimado em 845.731 (oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e um)⁵ e o efetivo policial de pouco mais de 3.000 (três mil) homens, são insuficientes operacionalmente, sem contar que o regimento de trabalho é por turno, ainda os afastamentos como férias, licença médicas, aposentadorias e outros afastamentos.

Em relação a prevenção terciária, que são situações pós crime, voltada para a ressocialização dos indivíduos que estão cumprindo penas, se ele entrou no crime por falta de oportunidade de emprego, por não conseguir sustentar sua família, começou a traficar, quando sair vai voltar a velha rotina, com estigma de ex-apenado, quem vai dar oportunidade de emprego.

Em relação aqueles que não têm certo grau de estudo, sem qualificação para o mercado de trabalho, torna-se quase que impossível, enquanto que os que apresentam um currículos não conseguem emprego, ainda mais aqueles.

As oportunidades da ressocialização, da inserção na sociedade, tanto dos jovens, quanto dos adultos são de iniciativa do Poder Público com políticas voltadas a eles, através de parceria público-privada.

A criminalidade, ocorre em decorrência dos fatores da prevenção primária que deixa uma disparidade acentuada de desigualdade de renda que reflete no acesso à educação, saúde alimentação, trabalho, à moradia, ao lazer, segurança, cultura, saneamento básico, transporte e ao consumo, causas de responsabilidade do Poder Público, conforme dados de Cerqueira e Moura, apresentam dados demonstram a importância da geração de emprego, então, vejamos: 1% de aumento da taxa de desemprego dos homens está associada ao aumento de 2,1% na taxa de homicídio. Um aumento de 1% na taxa de desemprego dos homens jovens, a taxa de homicídio local se eleva em 2,5%, sendo esse efeito é crescente com a idade. (CERQUEIRA e MOURA, 2014, p.15)

Por outro lado, outro fator da prevenção primária, pesquisa de Cerqueira e Mello, indica que “taxa de atendimento escolar de jovens entre 15 e 17 anos sobre a taxa de homicídio no município. Segundo o resultado, o aumento de 1% nessa taxa reduz a taxa de homicídio em 1,9%” (CERQUEIRA e MOURA, 2014, p.11)

Por fim, são diversos fatores e diversas formas de violência, como familiar, escolar, comunitária e social, conforme confirmam Assis, Deslandes e Santos (2005, p.86 apud ZAPPE, DIAS,2010, p.83). Seguindo orientações da Organização das Nações Unidas (ONU) em seus princípios fundamentais, a “prevenção da delinquência juvenil, é a parte essencial da prevenção do crime na sociedade”.

Partindo dessa premissa os *Stakeholders*⁶ devem rever seus conceitos entre as políticas criminais, que são os “meios preventivos e repressivos de que o Estado, no seu

5 IBGE disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama><acesso em 18 de fevereiro de 2020>

6 São pessoas ou grupo, que legitimam as ações de uma organização e que tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados dessa mesma organização podendo ser afetados positivamente ou negativamente, dependendo das suas políticas e forma de atuação. Disponível: <https://www.significados.com.br/stakeholder/><acesso em 12 de julho de 2019

tríplice papel de Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, dispõe para a consecução de seus objetivos na luta contra o crime” (FERNANDES, 2002, p. 117)

Assim, as decisões entre os poderes devem ser focadas em um problema focal, de forma sistêmica, envolvendo os níveis de prevenção, conforme orientação da ONU, como parte essencial, ou seja, as políticas públicas voltadas ao jovens em conflito com a lei, para melhor serem acompanhados por todos os responsáveis, desde da família e Estado, para a prevenção criminal.

Segundo o problema no Estado do Amapá, em relação a criminalidade, inicia-se com os jovens que se tornam adultos, sempre no caminho do crime, dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) o Amapá o aumentou 20% de internação, em relação às 7(sete) UF (AP, RN, DF, RJ, AC, SE, RS) do país, um aumento acima da média nacional (SINASE, 2014, p.22).

O problema da criminalidade envolvendo os jovens são preocupantes nos diversos seguimentos da sociedade, em 2010 foram assassinados 29 mil, o que equivale a uma taxa de vitimização de 56 mortes para cada grupo de 100 mil indivíduos entre 15 e 29 anos, bem maior que a média nacional, de 27,2%. Os dados são impressionantes, pois na maioria das mortes são de jovens que consequentemente estão envolvidos com o crime. (CERQUEIRA, MOURA, 2014, p.2).

Por outro lado, o Atlas da Violência que se refere ao número de jovens assassinados em 2016, o Amapá apresentou um aumento de 41,2%, índice mais alto que dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e Roraima, que apresentaram crescimento em torno de 20%, e de Pernambuco, Pará, Tocantins e Rio Grande do Sul, com crescimento entre 15% (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p.32).

Do mesmo modo, outros dados, extraídos da página do G1⁷, que através de uma ferramenta criada por eles, permite o acompanhamento dos crimes violentos no país, onde contabilizam os homicídios dolosos, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, os mesmos crimes que compõe os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), do Ministério da Justiça e Segurança Pública mostram que entre 2017/2018 a taxa de homicídio reduziu no país. Apenas 03(três) Estados tiveram aumento no número de mortes violentas, quais sejam: Amapá, Tocantins e Roraima.

O Amapá apresentou aumento no percentual de 9,7% de mortes violentas em relação aos demais Estados. Para que esses dados, dentre outros possam ser mitigados, devem tomar medidas pragmáticas nesse tabuleiro social, Conforme figura 01 abaixo:

⁷ Monitor da violência-G1.Disponível: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/02/27/numero-de-mortes-violentas-cai-mais-de-10-no-brasil-em2018.ghtml><acesso em 28 de Abril de 2019>



Figura 01 -Sistema de prevenção da criminalidade.

Fonte: Elaborado pelo Autor

2 I MÉTODO UTILIZADO

Para isso, foi levantado alguns dados dos órgãos que atendem os jovens em conflito com lei, com uma pesquisa quantitativa com levantamento de dados do recorte dos anos de 2014 a 2018 na capital do Amapá, através das informações fornecidas pelo núcleo de estatística e análise criminal do Centro Integrado de Operações e Defesa Social (CIODES), onde registram todas as ocorrências atendidas pela Polícia Militar, através do telefone de emergência “190”.

Por outro lado, solicitamos do núcleo de estatística e Planejamento da Delegacia Geral de Polícia Civil, a quantidade de procedimentos realizados pela Delegacia de Investigação de Atos Infracionais (DEIAI), a qual realiza os procedimentos de Boletim de Ocorrência Circunstanciado (BOC), Auto de Apreensão em Flagrante (AAF), Auto de Investigação Social (AIS).

Dessa forma também ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), quem aplicam-se as medidas socioeducativas, através da Vara da Criança e do Adolescente, foi pesquisado na página oficial do Governo do Estado do Amapá, o *link* da Secretária de Planejamento do Estado do Amapá (SEPLAN) o Orçamento Público destinado à Fundação da Criança e do Adolescente (FCRIA) no período pesquisado.

Foi também pesquisado o efetivo da Polícia Militar do Amapá existente, através do Boletim Geral da Instituição, para buscando entender que “a delinquência deve ser estudada como um fenômeno dialético e não absoluto” (VERRISÍMO, 1990, p.203). Por isso, que se realizou uma levantamentos de todos os órgãos envolvidos no processo que vai desde os primeiros atendimentos pela polícia militar até as medidas aplicadas e seus acompanhamentos, e finalizando com uma proposta de um programa de governo denominada Baluarte.

3 I RESULTADO E DISCUSSÃO

As informações do CIODES, foram solicitadas as que envolveram jovens em conflito com lei, ou seja, os atos infracionais, nessa situação as ações policiais, tanto da polícia militar quanto da polícia civil, realizando seus procedimentos na DEIAI, Investigação de Atos Infracionais, Boletim de Ocorrência Circunstanciado, Auto de Apreensão em Flagrante, Auto de Investigação Social estão inseridos na prevenção secundária.

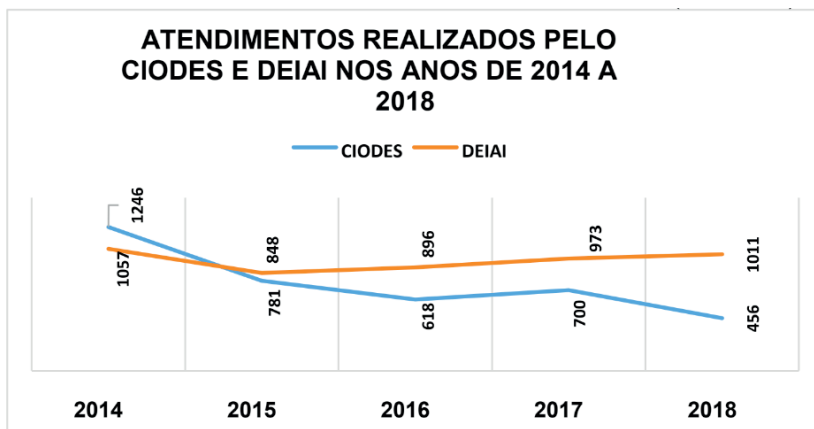


Gráfico -1 Gráfico envolvendo Atos Infracionais- CIODES/DEIAI (2014-2018).

Fonte: NEAC-CIODES/NEP-DGP.

No recorte da pesquisa entre os anos de 2014 a 2018, no primeiro ano da pesquisa foram realizados 1.246 (mil duzentos e quarenta e seis) atendimentos de atos infracionais pela polícia militar, enquanto na delegacia especializada foram 1057 (mil e cinquenta e sete) em 2015 foram 848 (oitocentos e quarenta e oito) procedimentos pela DEIAI, e pela polícia militar foram 781 (setecentas e oitenta e um) em 2016 foram 896 (oitocentos e noventa e seis) procedimentos na DEIAI, pela polícia militar foram 618 (seiscentos e dezoito) em 2017 foram 973 (novecentos e setenta e três) procedimentos pela delegacia e 700 (setecentos) atendimentos pela polícia militar, em 2018 foram 1.011 (mil e onze) procedimentos na DEIAI, e apenas 456 (quatrocentos e quarenta e seis) atendimentos pela polícia militar.

O que percebe-se que apesar que os números de atendimento de atos infracionais houve uma queda, por outro lado, os procedimentos realizados pela DEIAI aumentou, portanto, não se pode afirmar que houve um decréscimo dos atos infracionais, uma vez, que os números de procedimentos de Investigação de Atos Infracionais, Boletim de Ocorrência Circunstanciado, Auto de Apreensão em Flagrante, Auto de Investigação Social, são muito maiores, conforme gráfico 01.

Tratando-se das informações do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP) foram atribuídos apenas a capital do Amapá, também, relacionados aos números absolutos

das medidas socioeducativas do mesmo recorte de 2014 a 2018. As aplicações de medidas pelo judiciário, ocorre desde da metade do século XIX pelo Código Criminal Imperial de 1930⁸, “os menores 14 anos que cometesse um ato infracional poderia ser internado com período estipulado pelo Juiz”. Hoje, as medidas aplicadas se tornaram mais humanizadas.

Por outro lado, a ausência de um sistema único, que pudesse controlar todas as medidas aplicadas e sua efetivação, através de tecnologia de rede, que pudessem ser consultadas pela polícia militar durante os atendimentos dos atos infracionais. Os quais forneceram os seguintes dados da tabela 01

Atos infracionais	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Advertência	0	0	1	0	0	01
Internação s/ ativ. Ext.	138	82	37	16	20	293
Internação c/ ativ. Ext.	0	1	1	3	0	05
Liberdade assistida	122	64	22	13	18	402
Reparo a danos	01	0	0	0	0	01
Prestação de serviço	231	222	126	70	48	697
Semiliberdade	120	169	65	35	13	402
TOTAL	473	455	213	118	79	1.799

Tabela 01 - Quantidade de medidas socioeducativas no período 2014 a 2018.

Fonte: TJAP (2019).

Apesar das medidas serem na grande maioria brandas como a prestação de serviço no quinquênio foram de liberdade assistida, semiliberdade, internações sem atividades externa são decorrência do cumprimento dos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, pois essas características fazem com que a maioria das medidas impostas são direcionadas ao município que não está no escopo da pesquisa.

A fragilidade observada que as medidas ficaram bipartidas, entre os Poderes Executivo Estadual e Municipal, do primeiro são semiliberdade e as internações, o segundo as medidas de prestação de serviços e liberdade assistida, conforme art. 5º da Lei no 12.594/2012.

A leitura dos dados apresentados, em se tratando da criminalidade, muda-se apenas a terminologia não se trata de mero eufemismo, quando se refere aos atos infracionais já que não é crime, e as medidas socioeducativas não são pena, por se tratar de norma especial que busca cumprir os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Diante desses fatores que

8 LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16-12-1830.htm <acesso em 08 de Abril de 2019>

a quantificação das medidas aplicadas pelo Poder Judiciário apresentou números poucos expressivos, conforme demonstrado na tabela 01.

Dessa forma, para enaltecer o caráter extrapenal da matéria, a aplicação das medidas socioeducativas não está sujeita aos parâmetros do Código Penal e doutrina penalista para a dosimetria da pena, portanto preservando-se o direito da criança e do adolescente, pois, estão sujeitos à aplicação das disposições contidas na Lei n. 8.069/05.

Em relação ao Estado, a pesquisa do Orçamento público apresentou variação orçamentaria acentuada nos respectivos anos que inviabilizam o desenvolvimento de programas, compromete as ações de ressocialização, pois a carência orçamentária não atendem os jovens com uma educação de qualidade, qualificação para o mercado de trabalho, devido às falhas de governo faz os “adolescentes construírem uma realidade social que eles estão inserido,” influenciando no desenvolvimento cognitivo e comportamental que os jovens estão sendo recrutados pelo crime organizado (COELHO, ROSA, p.163, 2013). Conforme gráfico 02.

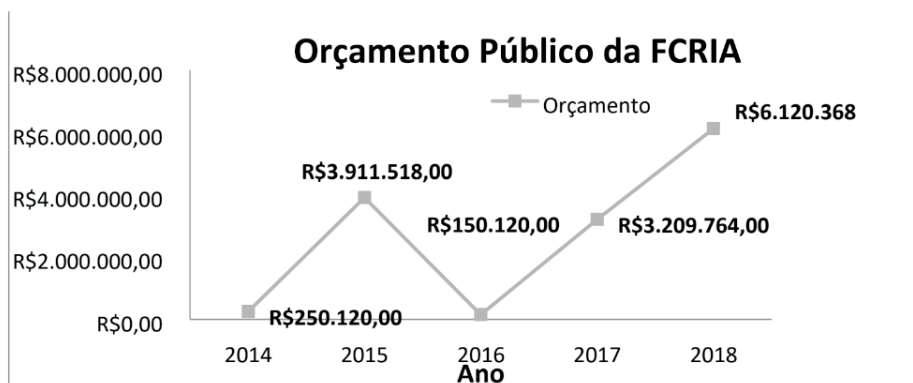


Gráfico 02 -Orçamento Público daFCRIA.

Fonte: SEPLAN-GEA (2019).

Essa medidas socioeducativas, são sanções de forma coercitiva em razão da necessidade que vai desde uma simples advertência até uma internação que não pode ultrapassar os 03(três) anos, essas medidas são previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sempre visando medidas protetivas, através da intervenção estatal é onde entra o orçamento público para poder acompanhar esses jovens, portanto como observado os valores apresentados pela SEPLAN tiveram variações consideradas para a Fundação da Criança e Adolescente (FCRIA), conforme o gráfico 02.

Dessa forma, a Instituição criada através da Lei nº 1.291, de 05 de janeiro de 2009 como finalidade executar as políticas de acompanhamento dos jovens que cometeram atos infracionais, sem recursos financeiros fica prejudicada em garantir os direitos desses

jovens, conforme artigo 2º abaixo:

Art. 2º A Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Amapá (FCRIA), tem por finalidade coordenar e executar a política de Promoção, Garantia e Defesa dos Direitos das Crianças e

Adolescentes em situação de risco pessoal e social, e de adolescentes autores de ato infracional no cumprimento de Medidas Cautelar e Socioeducativas.

Por outro lado, a cultura, realidade social, banalização da violência, a fragilidade da legislação como observada interferem nas medidas aplicadas a esses jovens. Essa predisposição a um ser em desenvolvimento que requer uma atenção mais adequadas pela família, escola e Estado, caso contrário a tendência são de enveredar para o mundo do crime, recrutados pelas organizações que sabem que precisam fortalecer seus poderes, aumentando o número de integrantes, sabe-se que “adolescência sendo uma construção social e historicamente determinada pela cultura e pela linguagem, que são mediadoras das relações sociais” que levam esses jovens para o caminho da criminalidade (PADOVANI *et al*, 2016, p.610).

4 | A PROPOSTA PROGRAMA BALUARTE

A proposta está baseado nas Diretrizes e nos Objetivos Estratégicos, como os princípios da Universalização, Proteção, Efetividade, pautados nos

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) do PPA- 2020-2023, com uma gestão Integrada para o desenvolvimento Social e Defesa Social para a redução dos homicídios.

Seguindo as diretrizes da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina os órgãos responsáveis pela Segurança Pública, criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), através da resolução nº 160 de 18 de novembro de 2013, que apresentamos o programa denominado “Baluarte” A proposta, baseada no planejamento estratégico situacional de Carlos Matus⁹, seguindo os princípios do planejamento da Administração Pública, desenvolvida segundo os métodos do planejamento por problemas parcialmente estruturados e complexos –Criminalidade.

Em virtude dos ambientes sociais e econômicos anteriormente serem relativamente estáveis, hoje, os cenários são prospectivos, que exigem uma metodologia mais flexível para lidar com uma realidade complexa, dinâmica e adequando-se à gestão das políticas públicas baseada na Diretriz Amapá 2030 que prever uma gestão por resultado e monitoramento por indicadores. Aproveitando a reestruturação da Fundação da Criança e do Adolescente (FCRIA) e com um cenário favorável para implementação do projeto Baluarte

⁹ Desenvolvido pelo economista chileno Carlos Matus, a partir da década de 70, como um método mais flexível, permitindo trabalhar com a complexidade dos problemas sociais. (LIDA, 2009 p.114).

da Polícia Militar do Amapá, cumprindo as diretrizes Governamentais.

Com isso, envolvendo vários entes públicos para atender as necessidades desses jovens, oportunizando os estudos, através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), inserção no mercado de trabalho, com qualificação profissional, esporte e cidadania e contando com o envolvimento da família e sociedade civil organizada. Assim, propiciando soluções na prevenção primária e terciária com participação integrada com formulação de indicadores de desempenho, criação de um Conselho de Gestão Integrada dos Poderes Executivos Municipal e Estadual são previstos na proposta.

A proposta visa reduzir os dados de homicídios, em 15% conforme meta do PPA-Federal, sendo atingível dentro da realidade do Estado do Amapá alinhado com o PPA estadual, conforme alguns desafios como a Gestão Integrada da

Defesa Social (0036), o Atendimento Humanizado as crianças e adolescentes que prever 20% para serem incluídos em projetos de ressocialização até 2023 (0014), do Amapá Educando (0016).

O projeto Baluarte vem contribuir significativamente com várias metas do Governo do Estado do Amapá, na Educação de Jovens e Adultos- EJA, que estabelece (45,4%) de jovens, do Ensino Fundamental (13,7%) e principalmente a inserção de jovens em cursos técnicos profissionalizantes para inserção do mercado de trabalho (80%). Ou seja, os principais setores do desenvolvimento social em um sistema de *Networking* em favor dos jovens *tucujus* que se encontram em conflito com a Lei.

O período do projeto em média de 03(três) anos por ser tratar de uma piloto de Políticas Públicas na área social, após sua implantação, caso apresente dados favoráveis poderá se estender para os demais municípios como Santana, Jari e demais municípios, cumprindo o princípio da continuidade e eficiência da administração pública, através dos indicadores próprios de avaliação, para que ser transforme em programa de Estado, trazendo um benefício a toda a sociedade Amapaense.

5 I ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO INTEGRADA DO PROGRAMA BALUARTE

1. Patrocinador (*Sponsor*)

Governo do Estado do Amapá.

2. Gerente do Projeto e nível de autoridade

5.1 Conselho de Gestão Integrada- CGI, com a seguinte composição:

I - Do Governo Executivo:

- a) Representantes da SIMS;
- b) Representante da FCRIA
- c) Representantes da Diretoria de Ação Social e Cidadania da PMAP
- d) Representante da Secretária de Desporto e Lazer- SEDEL

II- - Das Instituições Governamentais:

Representante do Ministério Público Estadual

Representante do TJAP

Representante da DEFENAP

Representante da Superintendência Regional do Trabalho- SRT

III - Sociedade Civil:

Um representante do Instituto INOVA;

Um representante do SENAI;

Um membro do CEDCA/CMDCA

3. Stakeholders do Programa

Coordenará através da Diretoria d Ação Social e Cidadania

PMAP Comandante com a demais instituições para alinhar a realização das **Geral** ações, através de um Conselho de Gestão Integrada.

SEED	Maria Goreth da Silva	Cessão de espaço físico, como sala, quadra poliesportiva, cozinha, refeitório e auditório do CEPAJOB. Além, do pessoal 01 professor de artes com habilitação em música, 01 professor de letramento, professora Rozilda Pereira Ferreira, coautora do projeto, Ensino Formal – Fundamental II, modalidade EJA e Cursos de qualificação profissional.
SIMS/ FCRIA	Alba Nize Colares Diretora-presidente Dr ^a . Andreza Melo de Lima	Alimentação, lanche. Transporte para as atividades desportivas Oficinas; demais serviços ofertados e os Profissionais: Psicólogos, Assistente Social, Educador social.
FAJJI	Desembargador Gilberto Pinheiro	Fundo de Apoio ao Juizado da Infância e da Juventude para manutenção do projeto
VEPMA	Juiz Titular Rogério Funfas	Recursos oriundos das penas alternativas ser revestido para manutenção do projeto nos três anos
SENAI	Diretor de Operações	Qualificação Profissional – cursos FICs (a serem definidas)
UNIFAP	Pró-reitor de Extensão e aporte comunitário	Profissionais: Professores e acadêmicos

TJAP	Sueli Pini	Responsável para o encaminhamento dos alunos para o projeto e reuniões para orientações para execução, conforme previsto no Art. 5º da Resolução nº 165 de 16 de novembro de 2012. Através da Vara da Infância e Juventude com requisições devidamente preenchidas.
MP	Judith G. Telles	Profissionais para palestras/orientações profissionais, socioeducandos, pais e responsáveis; 01 psicólogo e 01 assistente social para realizar atendimentos cada, sendo atendimentos individual socioeducandos, atendimentos
		Visita a família dos socioeducandos; Acompanhamento da execução das atividades/ações
SEDEL	José Rudney C. Nunes	Apoio com as atividades desportivas e bolsas para os alunos juntamente com outros acadêmicos de educação física da UNIFAP
INSTITUTO INOVA	Fabiola Ribeiro	Cursos de qualificação profissional, Inserção no Mercado de Trabalho (conforme vagas disponíveis)
SRT	Superintendente Regional do Trabalho	Qualificação Profissional – Cursos FICs (a serem definidas) Inserção no Mercado de Trabalho (conforme vagas disponíveis)
CEDCA/CMDCA	Presidentes	Autorização para implementação e fiscalização e apoio

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do trabalho policial militar se faz indispensável para prevenir o crime, com policiamento ostensivo, são apenas ações secundárias, para melhorar essa prevenção, é essencial, que o governo do Estado, faça concursos para preenchimento do *déficit* de policiais militares, caso contrário, se manter a mesma quantidade de policiais, a filosofia do policiamento comunitário ou de aproximação da comunidade se tornam inviáveis, sem contar com o orçamento insuficiente para revitalização e reforma das instalações físicas outrora usadas.

A prevenção mais importantes são as primárias para reduzir as taxas de criminalidade entre os homens jovens, quando se refere ao emprego, quando essa taxa aumenta inversamente quase que triplica a taxa de homicídio, segundo Cerqueira e Moura.

São esses fatores, que devemos nos preocupar, pois com 66 mil desempregado no Amapá, segundo IBGE é um dos fatores geradores da criminalidade no Estado.

Portanto, são necessárias políticas públicas para fomentar a geração de emprego e renda entre os jovens, revitalização das escolas estaduais para implementar as modalidades cívico-militar. Por outro lado, a prevenção terciária, consiste do sistema prisional, que está em crise, com excesso de presos, que não ressocializam ninguém, os jovens internos, também, não são devidamente assistidos, ambos estão se filiando nas facções, sem falar do poder legislativo, aprovou a lei da audiência de custódia, que transforma as prisões em flagrantes em preventivas ou solta com tornozeleira pra cumprir pena em casa, ou seja, salvo conduto para novos crimes.

Sendo, mais sensato investir na prevenção primária, como educação que o impacto positivo é muito melhor, o aumento da criminalidade no estado do Amapá não é de exclusividade da polícia, e sim, das oportunidades de escolas de qualidade, em especial de tempo integral para acompanhar esses jovens de perto, conforme o Art. 227 da Constituição Federal de 1988 que diz “dever da família, sociedade e Estado assegurar às crianças e adolescentes seus direitos, salvando de toda a forma de negligência, violência” através, de política pública de acordo com a Lei nº 13.675 de 2018 que estimula um desenvolvimento de programas de integração da Segurança com as sociais, com tais medidas de ações preventivas nas políticas criminais, poderá mitigar os dados da criminalidade no estado do Amapá.

REFERÊNCIAS

BENAVENTE. R., **Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia**. Análise Psicológica, 2002. Boletim de Análise Político Internacional, nº 11, UnB, p.69-72, ano 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8077/1/BAPI_n11_Senasp.pdf<

Acesso em 25 de Julho de 2019>

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018**, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm<Acesso em 20 de fevereiro de 2020>

CERQUEIRA, D. et al., **Atlas da Violência**, IPEA, Rio de Janeiro, 2018.

CERQUEIRA, D.R.C., MOURA, R.L. **Efeito das oportunidades no mercado de Trabalho sobre as taxas de homicídios no Brasil**. Área 12 - Economia Social e Demografia Econômica, Rio de Janeiro, 2014.

COELHO, B. I., ROSA, E. M. **Ato infracional e medida socioeducativa: representações de adolescentes em L. A.** *Psicologia & Sociedade*, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

COSTA. A. T. M. A SENASP E AS POLÍTICAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA. Criança e do Adolescente. **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2014**. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, p.1-65, 2017.

CHAGAS, C.A.N. *et al.* **Geografia da Violência: Produção do espaço, território e Segurança Pública**, p.392, 1º ed., Belém, GAPTA/UFGA, 2018.

DATASUS, Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2012/a1801b.htm><http://tabnet.DATASUS.gov.br/cgi/ibd2012/a1801b.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2018>. DEIAI, Delegacia Especializada em Investigação de Atos Infracionais- (2014), **Informações de autos de apreensões em flagrante e autos de investigação social e boletins de ocorrência circunstanciados em 2014**. Macapá, 2015.

FERNANDES. N.; FERNANDES, V. **Criminologia integrada**. 2º ed. rev. Atual e ampla. São Paulo, Revista do Tribunais, p.117, 2002.

FCRIA, **Relatório do quadro situacional dos núcleos de meio fechado e semiliberdade que compõem a Fundação da Criança e do Adolescente do Amapá-** Ano 2014. Macapá, 2015.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Anan *et al*, IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Violência e Segurança Pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo**, Brasília, 2015.

GEA, **Secretária do Planejamento do Estado do Amapá**. Disponível em:<https://seplan.portal.ap.gov.br/><acesso em 22 de Julho de 2019

JORGE-BIROL, Alline Pedra. **Políticas públicas de prevenção da violência e a prevenção vitimária**. Âmbito Jurídico, Rio Grande, n. 42, jun. 2007, Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?no_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1802> acesso em 25 de abril de 2019<LAZZARINI, A., **A SEGURANÇA PÚBLICA E O APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA NO BRASIL**. *Criminalidade e violência*. Rio de Janeiro, v. I, abr./jun. 1991.

LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. Código Imperial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16-12-1830.htm <acesso em 08 de Abril de 2019>

LIDA, I., **Planejamento Estratégico Situacional**, Assessor de Planejamento do CNPq, Brasília, DF, 2009.

OLIVEIRA, C. A. de, **Criminalidade e o tamanho das Cidades Brasileiras: Um enfoque da Economia do Crime**, RESEARCHGATE, Passo Fundo, Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

PADOVANI, S. *et al.* **Significados Construídos acerca das Instituições Socioeducativas: Entre o Imaginado e o Vivido**, Universidade Francisco, Bragança Paulista, vol. 21, Brasil, dez 2016.

PEREIRA, E. da S., **Introdução as Ciências Policiais: A polícia entre a Ciência e a Política**, ed. Almedina, São Paulo, 2015.

PICANÇO. E. **Relatório da Fundação da Criança e do Adolescente**. FCRIA, Governo do Estado do Amapá, p.1/9, 2014.

POLÍCIA NO BRASIL. *Criminalidade e violência*. Rio de Janeiro, v. I, p.25-85, abr./jun. 1991. **Representações de adolescentes em L. A. Psicologia & Sociedade**, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p.163-173, 2013.

QUEIROZ, R.B. **Formação e Gestão de políticas Públicas**. 3º ed., Curitiba, Ibpex, 2011. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Lei Nº 12.594/12**. Brasília, 2012.

TJAP, Vara da Infância e Juventude – **Informações do quantitativo de Processos referente a atos infracionais**, Macapá, 2019.

VERÍSSIMO, M.M. **A Psicologia Comunitária e o Sistema Judicial: Uma nova forma de olhar e intervir sobre a Delinquência**, p.203-209, ISPA, análise psicologica, 1990.

ZAPPE, J.G., DIAS, A.C.G. **Delinquência Juvenil na Produção Científica Nacional: Distâncias entre achados científicos e intervenções concretas**, Barbarói, Santa Cruz do Sul, p.82-103, n. 33, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 2, 9, 12, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 47, 48, 61, 63, 64, 65, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 81, 88, 94, 95, 96, 105, 106, 112, 115, 129, 146, 150, 154, 156, 167, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 194, 197, 198, 199, 201, 202, 204, 212, 219, 220, 235

Ambiente 10, 12, 24, 25, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 81, 87, 97, 98, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 158, 160, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 180, 183, 187, 192, 205, 208, 214, 215, 218, 219

B

Brasil 2, 3, 4, 8, 37, 38, 40, 44, 45, 65, 77, 81, 99, 100, 109, 110, 147, 157, 166, 176, 177, 178, 179, 180, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 193, 199, 200, 201, 202, 219, 223, 224, 228, 234

Bullying 10, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

C

Capacitação 62, 69, 70, 71, 75, 76, 79, 84, 88, 90, 149, 152

CGU 10, 1, 2, 5, 6, 7, 8

Clima Organizacional 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 149

Colaborador 145, 147, 148, 149, 150, 205, 214, 216

Comunicação Organizacional 11, 135, 156, 158, 160, 161, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 211

Conforto 11, 51, 56, 60, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 126, 127, 128

Contratos Administrativos 11, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 76, 77, 78

Cooperativa 221, 230, 231, 232, 233

COVID-19 10, 2, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 113, 128, 183

Criminalidade 11, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 105, 108, 109, 110, 115

D

Desempenho 11, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 72, 75, 76, 79, 80, 87, 89, 90, 106, 131, 132, 135, 136, 138, 147, 148, 168, 179, 195, 198, 206, 207, 211, 215, 217, 218, 219, 228, 235

Design thinking 95

Direito 1, 2, 3, 5, 8, 36, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 64, 77, 104, 130, 149, 150, 185, 188, 222, 223, 224, 227, 230, 231, 234

E

Economia 47, 64, 109, 110, 112, 115, 121, 133, 173, 177, 188, 200, 201, 228, 229, 234, 235

Eficiência 1, 48, 63, 65, 66, 77, 78, 82, 106, 112, 113, 115, 116, 120, 127, 128, 131, 134, 135, 136, 177, 179, 203, 204, 209, 211, 214, 216

Empatia 10, 36, 44

Empresa 51, 73, 74, 75, 95, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 163, 170, 172, 193, 204, 205, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 233, 234

Ensino Superior 11, 131, 132, 134, 144, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 170, 173, 184, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 202

Estado 9, 2, 4, 5, 6, 10, 11, 17, 18, 19, 20, 23, 32, 33, 36, 42, 51, 61, 82, 84, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 114, 133, 146, 156, 176, 178, 179, 184, 188, 194, 200, 202, 206, 216, 217, 221, 222, 223, 224, 227

Estratégia 12, 83, 84, 95, 121, 131, 133, 134, 197, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 235

F

Fiscalização 11, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 108

G

Gestão 9, 11, 12, 47, 48, 49, 50, 51, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 81, 84, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 99, 105, 106, 107, 111, 112, 114, 121, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 144, 145, 147, 153, 154, 161, 166, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 193, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 213, 219, 220, 235

I

Informação 73, 77, 78, 95, 128, 131, 149, 150, 152, 156, 157, 158, 163, 164, 165, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 183, 196, 197, 203, 205, 208, 209, 211, 229

Inovação 79, 80, 83, 89, 90, 94, 95, 154, 171, 175, 179, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 235

Insalubridade 226

L

Liderança 11, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 205, 208, 209, 213, 214, 215, 217, 220

M

Mercado 18, 82, 83, 98, 99, 104, 106, 108, 109, 116, 119, 132, 133, 136, 144, 147, 148,

157, 161, 166, 187, 190, 193, 196, 202, 209, 219, 228, 229

Militar 11, 79, 80, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 96, 98, 101, 102, 103, 106, 108, 109

Modelo 11, 12, 15, 17, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 48, 82, 92, 96, 112, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 144, 145, 146, 148, 150, 153, 154, 176, 177, 183, 185, 186, 188, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 207, 223

Motivação 12, 38, 41, 48, 145, 148, 150, 151, 161, 168, 206, 207, 208, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

O

Obrigações Trabalhistas 12, 221, 222, 223, 224, 227, 230, 232, 233

Oportunidade 71, 99, 115, 128, 145, 149, 151, 152, 153, 187, 191

Organização 2, 9, 11, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 76, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 133, 135, 136, 137, 138, 144, 146, 148, 149, 153, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 181, 189, 190, 193, 201, 205, 207, 208, 209, 211, 212, 214, 216, 217, 224, 227

P

Participação 11, 64, 70, 79, 80, 83, 85, 87, 89, 90, 91, 106, 128, 133, 145, 167, 192, 231

Percepção 12, 50, 51, 61, 63, 68, 87, 117, 119, 144, 146, 148, 150, 151, 153, 154, 175, 176, 181, 183, 186, 187, 193, 194, 195, 197, 198, 200

Periculosidade 226, 227

Polícia Militar 96, 98, 101, 102, 103, 106

Prescrição 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

Prevenção 38, 42, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 108, 109, 110

Processos Administrativos 10, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 67, 69, 72, 73, 74, 135

Q

Qualidade 9, 11, 47, 48, 49, 50, 55, 59, 63, 69, 72, 73, 76, 82, 96, 104, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 160, 162, 164, 166, 170, 177, 178, 179, 182, 183, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 202, 205, 216, 217

QVT 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153

R

Retenção 12, 186, 187, 195, 196, 198, 200, 223

S

Satisfação 47, 48, 49, 50, 51, 55, 112, 118, 119, 120, 124, 127, 128, 145, 147, 148, 150, 151, 163, 168, 177, 191, 192, 204, 206, 207, 215, 216, 219

Segurança 11, 2, 5, 42, 56, 59, 65, 74, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 109, 110, 112, 113, 115,

116, 117, 118, 120, 125, 127, 128, 145, 149, 151, 193, 200, 206, 235

Servidores Públicos 12, 1, 2, 5, 7, 8, 31, 32, 33, 62, 71, 175, 176, 178, 183, 185

Setor Público 63, 64, 175, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 193

Sociedade 10, 2, 36, 37, 38, 40, 42, 44, 45, 47, 80, 87, 97, 98, 99, 100, 106, 107, 109, 110, 115, 116, 127, 150, 152, 157, 161, 163, 167, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 192, 193, 223, 227, 228, 235

Stakeholders 82, 83, 94, 99, 107, 143, 207, 208

SWOT 79, 80, 86, 90, 91

T

Talentos 12, 203, 204, 205, 208, 209, 211, 213, 218

Trabalho 9, 11, 12, 1, 2, 36, 37, 38, 39, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 76, 88, 91, 94, 98, 99, 104, 106, 107, 108, 109, 114, 121, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 163, 166, 167, 168, 170, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 190, 191, 201, 203, 205, 206, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 233, 234

Transporte 11, 99, 107, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128





Tribunal 10, 1, 2, 4, 8, 36, 42, 43, 45, 96, 101, 102, 184

U

Universidade 1, 47, 51, 61, 77, 78, 79, 94, 96, 109, 110, 118, 131, 132, 133, 135, 138, 156, 170, 172, 173, 175, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 208, 212, 213, 214, 235

V

Valor 12, 15, 18, 24, 27, 28, 30, 34, 44, 65, 66, 74, 120, 124, 131, 136, 148, 150, 152, 164, 186, 187, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 204, 205, 225, 226, 228, 230, 231, 232

 www.arenaeditora.com.br
 contato@arenaeditora.com.br
 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
 www.facebook.com/arenaeditora.com.br



ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL 3


Ano 2021

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



ADMINISTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ORGANIZACIONAL 3


Ano 2021